

DESPACHO INTERNO

Considerando que, nos termos da alínea *b)* do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, constitui atribuição do MENAC promover e controlar a implementação do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, adiante designado abreviadamente por RGCP, aprovado em anexo a esse diploma;

Considerando que, nos termos do disposto na alínea *a)* do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, compete ao Presidente do MENAC garantir a prossecução das atribuições cometidas ao MENAC;

Considerando que, nos termos do disposto na alínea *c)* do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, compete ao Presidente do MENAC coordenar a atividade da Comissão de Acompanhamento e da Comissão de Sanções;

Considerando que o trabalho de monitorização do RGPC tem, até à presente data, ficado excessivamente dependente do labor do Presidente e do Vice-Presidente;

Considerando que ainda não se encontra implementada e em funcionamento a plataforma eletrónica através da qual será feita a receção dos diversos elementos dos programas de cumprimento normativo, a respetiva validação e encaminhamentos.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea *a)* do n.º 1 do artigo 4.º do RGPC determino:

- 1- A monitorização do RGCP, no primeiro semestre deste ano, seja realizada através do procedimento exposto em anexo ao presente despacho.
- 2- Nos termos do procedimento referido no n.º anterior é criada a nível dos serviços técnicos do MENAC a Comissão de Verificação composta pelo Inspetor Nuno Silvestre, Dr.^a Sandra Neves e Dr. João Tavares.
- 3- Com base nos dados de monitorização já existentes deve a Comissão de Acompanhamento propor para minha aprovação, no prazo de trinta dias, as recomendações do MENAC que considere urgentes e necessárias para reforçar a transparência e a probidade, em cumprimento do disposto na alínea *f)* do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.
- 4- A Comissão de Acompanhamento apresente, no prazo de sessenta dias, um plano de execução do disposto na alínea *h)* do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.
- 5- O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

Notifique-se o Vice-Presidente, o Secretário-Geral, os Vogais das Comissões de Acompanhamento e de Sanções, os Consultores e o demais pessoal em exercício de funções no MENAC.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2024.

O Presidente do Mecanismo Nacional Anticorrupção,

António Pires Henriques da Graça, Juiz Conselheiro (Jubilado) do STJ



António Pires da Graça
Presidente



Email: antonio.p.greca@mec-anticorrupt.pt
Tel: +351 210 540 950
Escadinhas de S. Crispim, n.º 7
1149-049 LISBOA

ANEXO

Procedimento de Monitorização do RGPC

1. O procedimento de monitorização do RGPC é composto por cinco fases, a saber:

FASE 1

Entrada dos documentos no MENAC por e-mail ou papel	Secretariado envia ao Senhor Presidente para conhecimento e análise.
---	--

FASE 2

Despacho do Senhor Presidente a remeter os documentos para a Comissão de Verificação (composta pelo Inspetor Nuno Silvestre, Dr. ^a Sandra Neves e Dr. João Tavares)

FASE 3

<p>A Comissão de Verificação procede ao registo e análise sumária de dados constantes dos documentos (identificação da entidade; nome do responsável de cumprimento normativo; tipo de documentos - plano de prevenção de riscos, código de conduta etc) numa Ficha de Verificação¹.</p> <p>A Ficha de Verificação fica arquivada digitalmente e disponível para ser consultada pelo Presidente; Vice-Presidente; Secretário-Geral e Vogais das Comissões de Acompanhamento e de Sanções.</p>

¹ O conteúdo da Ficha de Verificação consta da página 5 do presente documento.

FASE 4

No primeiro semestre de 2024 são criadas quatro Equipas de Controlo que vão proceder ao primeiro estudo da monitorização do RGCP nos seguintes setores²:

Equipa de Controlo 1 – Vice-Presidente e Inspetor Nuno Silvestre

Setores: Municípios e P014-Saúde

Equipa de Controlo 2 – Inspetores Pedro Casaca e Francisco Trincão

Setores: P007-Finanças; P011-Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; P012-Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar

Equipa de Controlo 3 – Inspetores Carolina Freitas e Rui Barreiro

Setores: P004-Defesa Nacional; P0015 Ambiente e Ação Climática e um setor no âmbito da Administração Regional da Madeira a indicar posteriormente

Equipa de Controlo 4 – Inspetores Isabel Loução e Pimentel Dias

Setores: P005-Segurança Interna; P006 – Justiça e um setor no âmbito da Administração Regional dos Açores a indicar posteriormente

FASE 5

No final do 1º semestre de 2024 as **Equipas de Controlo** elaboram um relatório da sua ação

- Os Relatórios das **Equipas de Controlo** são enviados para Presidente que definirá o Procedimento de Monitorização do RGPC no 2º semestre de 2024.

² Os setores estão identificados com a designação do programa orçamental respetivo segundo a nomenclatura utilizada na definição do Perímetro das Administrações Públicas pela Direção-Geral do Orçamento.

FICHA DE VERIFICAÇÃO

Identificação Entidade:	
Entidade Pública <input type="checkbox"/>	Entidade Privada <input type="checkbox"/>
Programa Orçamental (DGO):	CAE:
Tipo de Documento	
Plano de Prevenção de Riscos <input type="checkbox"/>	
Código de Conduta <input type="checkbox"/>	
Relatório de Avaliação Anual <input type="checkbox"/>	
Relatório de Avaliação Intercalar <input type="checkbox"/>	
Responsável de Cumprimento Normativo:	
<i>Nome:</i>	
<i>Posição Funcional:</i>	
Outras Informações	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-bottom: 5px;"> S N </div> Canal de Denúncias <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-bottom: 5px;"> S N </div> Programa de Formação <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Integra área ou setor de risco³:	
Informações Adicionais	

³ Ter em atenção Mapeamento de áreas e fatores de risco desenvolvido pelo CPC vd., https://www.cpc.tcontas.pt/documentos/outros/relatorio_mapeamento_riscos_2018.pdf